

Gramsci e a política cultural: Estado, cultura e hegemonia

Gramsci and cultural policy: State, culture, and hegemony

Bruno Borja*

Resumo

Antonio Gramsci dedicou grande parte do seu trabalho à reflexão e à atuação nos campos da política e da cultura. Nesse artigo, buscamos explorar essas duas vertentes de sua crítica ao capitalismo, focando especialmente na política cultural. Tratamos da interpretação de Gramsci sobre a relação entre o desenvolvimento histórico do Estado e a política cultural, quando se percebe como o desenvolvimento do capitalismo colocou a necessidade do Estado *stricto sensu* abarcar novas funções, com destaque para a função educativa, quando implementa sua política cultural e se torna um Estado de cultura. Avançaremos para a interpretação de Gramsci sobre o âmbito da sociedade civil, onde ocorre uma luta pela hegemonia através da política cultural das classes em disputa, com papel decisivo dos aparelhos privados de hegemonia, atuando para a formação do senso comum e da opinião pública.

Palavras-chave: Gramsci; política cultural; cultura

Abstract

Antonio Gramsci dedicated much of his work to reflection and action in the fields of politics and culture. In this article, we seek to explore these two aspects of his critique of capitalism, focusing especially on cultural policy. We deal with Gramsci's interpretation of the relation between the historical development of the State and cultural policy, when it is perceived how the development of capitalism has placed the need for the State *stricto sensu* to embrace new functions, with emphasis on the educational function, when it implements its cultural policy and becomes a State of culture. We will move on to Gramsci's interpretation of civil society, where a struggle for hegemony occurs through the cultural policy of the classes in dispute, with the decisive role of the private apparatuses of hegemony, acting for the formation of common sense and public opinion.

Keywords: Gramsci; cultural policy; culture

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Nova Iguaçu). Coordenador do Observatório Baixada Cultural (OBaC – IFRJ/UFRRJ). Integrante do Coletivo Marxista da Rural (MAR – UFRRJ). Coordenador da Escola Popular de Artes (EPA – UFRRJ). E-mail: borja.bruno@gmail.com

“criação” cultural [...] não deve ser confundida com a criação artística, mas deve ser aproximada, ao contrário, das atividades políticas, e, de fato, neste sentido, pode-se falar de uma “política cultural”.

Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (v. 6), 2021, p. 71 – C23 (1934), §7

Introdução

Internacionalmente reconhecido como um dos mais importantes intelectuais marxistas do século XX, Antonio Gramsci dedicou grande parte do seu trabalho à reflexão e à atuação nos campos da política e da cultura. Nesse artigo buscamos explorar essas duas vertentes de sua crítica ao capitalismo, focando especialmente na política cultural, entendida como uma síntese entre a política e a cultura no pensamento e na prática de Gramsci.

Partimos de uma definição abrangente de política cultural, que não se restringe à atuação do Estado *stricto sensu*, mas se desdobra em políticas culturais também no âmbito da sociedade civil. Além da política pública de cultura vinculada ao Estado, podemos avançar para a investigação das ações das organizações privadas na esfera cultural, em particular a ação do capital através das empresas de comunicação de massa, que caracterizam a indústria cultural¹.

Ademais, também exploramos a política cultural nas duas dimensões da cultura: enquanto modo de vida, em sua dimensão antropológica; e enquanto produção cultural, em sua dimensão sociológica². Nossa abordagem parte de uma tradição marxista que busca a interpretação da cultura em termos da produção da vida material, vinculada ao modo de vida e à produção cultural. Nesse sentido, podemos dizer que cultura é o modo de vida de uma comunidade humana e que, dentro desse modo de vida, distingue-se, como campo específico, sua produção cultural³.

No intuito de alcançar tais objetivos, o artigo está dividido em duas seções, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira seção, tratamos da interpretação de Gramsci sobre a relação entre o desenvolvimento histórico do Estado e a política cultural. Ali poderemos perceber como o desenvolvimento do capitalismo colocou a necessidade do Estado *stricto sensu* abarcar novas funções, exercidas através de meios materiais específicos. Destacamos o que Gramsci denomina de função educativa do Estado, quando implementa sua política cultural e se torna, no entender de Gramsci, um Estado de cultura, atuando nas dimensões do modo de vida e da produção cultural.

Na segunda seção, avançaremos para a interpretação de Gramsci sobre o âmbito da sociedade civil, onde ocorre uma luta pela hegemonia através da política cultural das classes em disputa. Propomos aqui uma concepção de socialização da cultura, na esteira do que Marx qualificou como socialização da produção e do que Gramsci entendeu como socialização da política. Assim, a socialização da cultura está vinculada à necessidade de as classes dominantes construírem uma identidade nacional, difundindo sua ideologia e estabelecendo a hegemonia. Os aparelhos privados de

¹ Para uma definição ampla de política cultural, ver García Canclini (2019).

² Para uma interpretação da relação entre a política cultural e as dimensões da cultura, ver Botelho (2001).

³ Para uma abordagem marxista das duas dimensões da cultura, ver Borja (2020).

hegemonia desempenham um papel decisivo nesse processo, com destaque para a indústria cultural e seus meios materiais de formação do senso comum e da opinião pública.

O desenvolvimento histórico do Estado e a política cultural

Tendo na política um de seus campos preferenciais de pesquisa e atuação, Gramsci vai buscar em Marx e Engels os elementos fundamentais de análise do Estado moderno, enquanto Estado de classe burguês. No entanto, partindo da concepção de Marx e Engels, Gramsci alcança um desenvolvimento do conceito marxista de Estado, formulando uma teoria ampliada do Estado. Para Gramsci, o Estado ampliado seria composto por duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil – cada qual com funções e materialidades sociais próprias. Assim, o Estado ganha maior complexidade e Gramsci busca captar seu desenvolvimento histórico, interpretando as profundas mudanças ocorridas no início do século XX. A partir de sua pesquisa sobre a política e o Estado ampliado, nos parece que Gramsci avança para uma interpretação da política cultural, num sentido abrangente de dimensão política da cultura.

Com base em seu método, o materialismo histórico, Marx e Engels elaboraram uma teoria do Estado de classe. O Estado não seria o representante do interesse universal, mas sim a sociedade civil condicionaria as características do Estado, impregnando-o de seus interesses de classe particulares e antagônicos. Sendo constituída de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações sociais de produção vigentes, a base econômica, ou a sociedade civil, seria o elemento condicionante do sistema. Marx estabelece, portanto, a autodeterminação da sociedade civil: “família e sociedade civil se fazem, a si mesmas, Estado. Elas são a força motriz” (Marx, [1843] 2010, p. 30). A sociedade civil se apresenta como o “verdadeiro palco da história”, isto é, há uma prioridade ontológica da sociedade civil em relação ao Estado.

Logo, pode-se afirmar que, para Marx, a sociedade civil condiciona o Estado político. As classes sociais formadas na base econômica se organizam e se fazem representar no seio do Estado, onde inserem seus interesses particulares. Da disputa política pelo controle do Estado sairá o conteúdo do interesse universal, como expressão do interesse particular de determinada classe que consegue se alçar à condição de classe dominante, transformando seu interesse de classe em interesse universal.

Esta é uma contribuição fundamental de Marx, e também de Engels, no campo da teoria política, a identificação do caráter de classe do fenômeno estatal, a exposição da teoria do *Estado de classe*, derivado da sociedade de classes. Como na conhecida definição do Manifesto do Partido Comunista de 1848: “Um governo moderno é tão-somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, [1848] 2007, p. 27).

Assim, o Estado seria um momento superior da organização de classe originada na sociedade civil, uma expressão da dominação de classe exercida através do monopólio da violência, do controle direto dos meios materiais de coerção. Cujas funções são garantir a propriedade privada, fonte da divisão da sociedade em classes, de modo a reproduzir e conservar a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários. Como define Carlos Nelson Coutinho, uma concepção “restrita” do Estado: “Está assim formulada a essência da concepção ‘restrita’ do Estado: esse seria

a expressão direta e imediata do domínio de classe ('comitê da burguesia') exercido através da coerção ('poder de opressão')" (Coutinho, 1985, p. 19).

Toda argumentação de Marx aponta também num sentido muito claro de historicizar o fenômeno estatal. O Estado passa a ser visto não só como uma expressão da dominação de classe posta na sociedade civil, atuando em função dos interesses particulares da classe dominante através do poder de coerção, mas, além disso, apresenta um caráter histórico e transitório, na medida em que surgiu na história e poderia se modificar e, porventura, desaparecer ao longo do processo de desenvolvimento histórico.

Gramsci segue essencialmente esta tradição aberta por Marx e Engels no campo da teoria política, incorporando esses elementos em suas próprias formulações. No entanto, embora partindo das categorias de Marx e Engels, Gramsci teria realizado uma superação dialética de sua teoria política, ao apreender da realidade novas categorias e formular uma teoria do *Estado ampliado*, com um maior número de determinações.

Isso seria derivado do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, já que o Estado analisado por Gramsci nos anos de 1930, não era o mesmo analisado por Marx e Engels nas proximidades de 1848. De acordo com Coutinho (2007), ambos teriam expressado o grau de desenvolvimento da esfera política ao seu tempo e lugar, sendo determinante na teorização de Gramsci a intensa socialização da política observada entre fins do século XIX e início do século XX nos países da Europa ocidental, como, por exemplo, a conquista do sufrágio universal, a criação de partidos políticos de massa e a ação dos sindicatos profissionais e das associações de classe.

É a percepção dessa socialização de política que permite a Gramsci elaborar uma teoria marxista *ampliada* do Estado. E cabe lembrar que se trata de uma ampliação *dialética*: os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria 'restrita' de Marx, Engels e Lênin (ou seja, o caráter de classe e o *momento* repressivo de todo poder de Estado), mas o *repõem* e *transfiguram* ao *desenvolvê-lo* através do acréscimo de novas determinações (Coutinho, 1985, pp. 59-60; grifos no original).

Essas novas determinações dizem respeito essencialmente à maneira como Gramsci constrói seus conceitos de sociedade política e sociedade civil. Por sociedade política se entende o "Estado em sentido estrito", isto é, o governo e os aparelhos coercitivos de Estado, identificados pelas forças armadas e policiais, pelo direito e a aplicação das leis, através dos quais a classe dominante exerce o monopólio da violência e assegura sua dominação fundada na coerção – momento privilegiado da análise de Marx e Engels em 1848.

Já por sociedade civil se entende a trama privada, isto é, os aparelhos privados de hegemonia, através dos quais uma classe tenta exercer a hegemonia fundada na direção intelectual e moral e na busca do consenso. A sociedade civil compreenderia o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, organismos de participação política aos quais se adere privadamente, por vontade própria e independentemente do recurso à força. Instituições – tais como igrejas, escolas, partidos, sindicatos, organizações de classe, meios de comunicação, jornais, centros culturais etc. – conduzidas pelos intelectuais, responsáveis pela organização da cultura e pela elaboração e difusão de ideologias.

Teríamos, então, uma distinção funcional entre os dois momentos do Estado ampliado, no interior do qual a sociedade civil representaria a função de hegemonia, enquanto a sociedade política representaria a função de dominação, ou, respectivamente, consenso e coerção. Além disso, se registraria também uma distinção quanto aos portadores materiais destas funções específicas, sejam eles, os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil e os aparelhos coercitivos do Estado *stricto sensu*⁴. Portanto, caberia compreender dentro do conceito de Estado essas duas esferas, em suas funções e materialidades específicas.

Esta independência material garantiria a autonomia relativa das distintas esferas do Estado ampliado, possibilitando uma separação metodológica entre elas – porém não uma separação orgânica, já que são partes constituintes de uma mesma unidade dialética. Em realidade, Gramsci considera que uma classe social só garante o efetivo controle do Estado quando alcança a supremacia, síntese de hegemonia e dominação, consenso e coerção.

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (Gramsci, 2011, p. 290).

Logo, afirma-se o momento de síntese na supremacia, com a necessidade de a classe dominante ser também dirigente, ou seja, exercer tanto o domínio pela força e coerção, quanto a hegemonia pela conquista do consenso e do consentimento dos grupos socialmente subalternos. Nesse equilíbrio tênue entre coerção e consenso seria conduzida a supremacia de uma classe social, colocando a necessidade tanto do uso da força, quanto da busca da hegemonia por meio do Estado, enquanto Estado de classe. Isso nos ajuda a compreender por que governos autoritários e ditatoriais também precisam fazer uma política cultural ativa de busca do consenso, para se precaver de uma possível crise de autoridade e de uma confrontação aberta ao domínio de classe⁵.

Embora Gramsci privilegie em suas análises a função coercitiva do Estado *stricto sensu*, ou seja, a sociedade política exercendo o domínio através dos aparelhos estatais de coerção, podemos notar que sua ampliação do Estado também se refere à

⁴ “[...] além dessa distinção funcional, as duas esferas distinguem-se ainda por *uma materialidade (social) própria*: enquanto a ‘sociedade política’ tem seus portadores materiais nos ‘aparelhos coercitivos de Estado’, os portadores materiais da ‘sociedade civil’ são o que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismos sociais relativamente autônomos (por isso, ‘privados’) em face do Estado em sentido estrito. Gramsci registra assim o fato novo – historicamente novo – de que a esfera ideológica ou simbólico-axiológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas, ganhou uma autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado *stricto sensu*” (Coutinho, 1985, pp. 61-62; grifos no original).

⁵ Por exemplo, nas interpretações da história da política cultural no Brasil há um consenso sobre a importância da política cultural feita durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964. Ver: Rubim (2007) e Calabre (2009).

atribuição de novas funções e ao desenvolvimento de novos meios materiais no interior da própria sociedade política. O autor formula, assim, a concepção do *Estado ético ou de cultura*, na qual também a sociedade política deve exercer uma função educativa no sentido de busca da hegemonia e do consentimento das classes subalternas. O Estado de cultura promoveria, portanto, uma política cultural com objetivo de modificar o nível cultural da população, sempre no intuito de adaptar os modos de vida das classes subalternas a uma melhor efetivação do interesse particular das classes dominantes, tornado interesse universal do Estado.

Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (Gramsci, 2014, p. 288).

O Estado de cultura, ao assumir sua função educativa, promove uma política cultural tanto pela via negativa dos tribunais quanto pela via positiva da escola. De forma mais ampla, poderíamos dizer que o Estado *stricto sensu* faz política cultural tanto através de seus aparelhos de coerção, quanto através de outros meios materiais, como os sistemas públicos de educação e cultura, entendidos aqui como aparelhos estatais de hegemonia⁶ – embora Gramsci não use essa denominação.

Interessante observar que Gramsci atribui um papel educador também à ação repressiva do direito, da lei, da polícia e das forças armadas. Ou seja, também a lei e a ordem são uma forma de política cultural, quando determinam o que pode e o que não pode ser feito em certa sociedade: o que é considerado ilegal e criminoso, e o que é aceito socialmente como uma conduta dentro da legalidade. Assim, se conformam os modos de vida e as produções culturais das classes subalternas no limite da lei, criminalizando parte de sua cultura, tida como indesejável para os interesses das classes dominantes⁷. A função educativa negativa atuaria tanto na dimensão antropológica, ao conformar os modos de vida, quanto na dimensão sociológica, ao reprimir ou autorizar certas produções culturais das classes subalternas.

Por outro lado, a função educativa positiva busca formar uma cultura comum entre as diferentes classes sociais, uma cultura nacional que gere um sentido de uni-

⁶ “No período em que [Gramsci] escreve, o Estado assumia progressivamente o papel de pedagogo, construindo sistemas públicos de educação e cultura [...]. Este movimento de ampliação do Estado é, portanto, feito em direção aos aparelhos privados de hegemonia, agora tornados estatais. Pode-se chamá-los, assim, de aparelhos estatais de hegemonia” (Castelo, 2013, pp. 54-55).

⁷ Na história cultural do Brasil também podemos observar como, em diversos momentos, a cultura das classes subalternas foi criminalizada e a lei e a ordem exerceram sua política cultural negativa, particularmente no caso da criminalização da cultura afro-brasileira. Ver: Ortiz (2006).

dade entre grupos sociais com interesses antagônicos. Momento fundamental, segundo Gramsci, seria o estabelecimento de uma língua nacional unificada, de modo que toda a população do Estado tivesse um meio único de comunicação, uma forma comum de elaborar e expressar sua concepção do mundo, elemento determinante da política cultural em sua dimensão antropológica de modo de vida.

O papel da escola e da alfabetização em massa da sociedade é central nessa questão, mas, no entanto, a via positiva da educação e da cultura não se restringe estritamente ao sistema escolar público, abrangendo também outros meios materiais pelos quais o Estado faz sua política cultural⁸. Gramsci aponta uma série de instituições que deveriam ser objeto de uma política de cultura do Estado – o que atualmente poderíamos chamar de equipamentos culturais públicos.

Serviços públicos intelectuais: além da escola, nos vários níveis, que outros serviços não podem ser deixados à iniciativa privada, mas – numa sociedade moderna – *devem* ser assegurados pelo Estado e pelas entidades locais (municipais e provinciais)? O teatro, as bibliotecas, os museus de vários tipos, as pinacotecas, os jardins zoológicos, os hortos florestais, etc. É preciso fazer uma lista das instituições que devem ser consideradas de utilidade para a instrução e a cultura públicas e que são consideradas como tais numa série de Estados, instituições que não poderiam ser acessíveis ao grande público (e se considera, por razões nacionais, que devam ser acessíveis) sem uma intervenção estatal (Gramsci, 2022, p. 183; grifo no original).

Avançamos, assim, para a dimensão sociológica da cultura, quando a política cultural deve fortalecer a produção cultural por meio da gestão pública dos equipamentos culturais. Para Gramsci, compete ao Estado assegurar a viabilidade econômica desses equipamentos, com amplo acesso garantido ao público em geral. Pela função educativa positiva, a política cultural do Estado *stricto sensu* passa a contemplar, então, as duas dimensões da cultura: tanto sua dimensão antropológica do modo de vida, quanto a dimensão sociológica da produção cultural.

Essa função educativa do Estado, da qual deriva sua política cultural, se apresenta como uma expressão do desenvolvimento histórico do capitalismo, modificando as características do Estado. O desenvolvimento do capitalismo fez com que o Estado se ampliasse, ganhando novas funções e novos meios materiais, em suas diferentes esferas da sociedade política e da sociedade civil⁹. Colocou-se, para as classes dominantes, a necessidade de buscar uma hegemonia cultural junto às classes subalternas, daí a função educativa que adquire o Estado, fazendo sua política cultural. Mas qual seria o critério para formular uma política cultural pública?

Todo governo tem uma política cultural e pode defende-la de seu ponto de vista e demonstrar ter elevado o nível cultural nacional. Tudo consiste em ver qual é a medida desse nível. Um governo pode organizar melhor a alta

⁸ “Na condição de educador, o Estado capitalista desenvolve uma pedagogia da hegemonia que redefine e atualiza em cada conjuntura política e social suas estratégias, com vistas a manter viva a dominação de classe” (Martins; Neves, 2021, p. 128).

⁹ “Aos poucos Gramsci vai enfatizando não apenas a complexidade da formação da sociedade civil moderna, mas também o paralelo desenvolvimento da complexidade do Estado moderno. O Estado não é mais concebido simplesmente como um aparato administrativo ou coercitivo – é também ‘educativo e formador’” (Hall, 2013, p. 352).

cultura e negligenciar a cultura popular. E mais: da alta cultura, pode organizar melhor o setor correspondente à tecnologia e às ciências naturais, pondo de modo paternalista à sua disposição somas de dinheiro como antes não se fazia etc. O critério de julgamento só pode ser este: um sistema de governo é repressivo ou expansivo? [...]. Um sistema de governo é expansivo quando facilita e promove o desenvolvimento a partir de baixo, quando eleva o nível de cultura nacional-popular e, portanto, torna possível uma seleção de “excelências intelectuais” numa área mais ampla (Gramsci, 2022, pp. 143-144).

Gramsci nos apresenta um critério de avaliação das políticas públicas de cultura, classificando os sistemas de governo como repressivos ou expansivos. Acompanhando seu argumento, poderíamos dizer que a partir da política cultural um governo pode atuar de forma elitista, favorecendo a produção cultural das classes dominantes, entendida como alta cultura; ou pode atuar de forma democrática, apoiando a produção cultural das classes subalternas, no sentido de expansão da cultura popular. Desta forma, Gramsci aponta para a necessidade de atuação do Estado *stricto sensu* na consolidação de uma cultura nacional-popular.

Socialização da cultura e política cultural: luta pela hegemonia na sociedade civil

Vimos até aqui como Gramsci elabora uma interpretação do Estado ampliado e, a partir dela, avança no sentido de formular uma compreensão distinta sobre as funções do Estado *stricto sensu*, dentre as quais destacamos a função educativa, que se expressa nos termos de uma política cultural pública. No entanto, de fato, em termos de política cultural, Gramsci dedica mais tempo ao estudo da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia. Embora aponte a relevância do Estado *stricto sensu* na execução da política cultural, afirma que “na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes” (Gramsci, 2014, p. 288).

Retomemos brevemente a teoria do Estado ampliado, para captar uma especificidade do tempo histórico de Gramsci, quando ele pode vislumbrar as novas características do Estado burguês. Em diversos trabalhos, Carlos Nelson Coutinho (1985; 2007; 2011) observa que Gramsci amplia sua concepção de Estado a partir da percepção do processo de socialização da política entre fins do século XIX e início do século XX, quando se constituíram algumas democracias de massa na Europa ocidental. Se Marx havia captado a socialização da produção a partir da revolução industrial inglesa, Gramsci teria captado a socialização da esfera política com as democracias de massa.

A partir disso podemos refletir sobre o processo subsequente de *socialização da cultura*, promovido pelo desenvolvimento do capitalismo. Vejamos. A formação da grande indústria gerou a socialização da produção, quando um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras se viu unido num único processo produtivo, comandado por um único proprietário dos meios de produção. Essa experiência comum da exploração capitalista fomentou uma unidade de classe, com a passagem da classe em si à classe para si, organizada em sindicatos e partidos políticos. Ou seja, da base econômica se ergue uma sociedade civil politicamente organizada, com a classe trabalha-

dora reivindicando espaço e participação política. Ocorre, então, a socialização da política, quando, através da luta de classes, há uma conquista de direitos políticos por parte dos/as trabalhadores/as.

Essa socialização da política, fundante da democracia de massas, coloca novas necessidades para as classes dominantes: elas agora teriam de conquistar o consenso e, claro, os votos da classe trabalhadora organizada. As classes dominantes passaram a ter de contemplar parcialmente alguns interesses das classes subalternas, no sentido de garantir seu consentimento. Isto é, as classes dominantes tiveram que afirmar sua liderança moral e intelectual sobre as classes subalternas, de modo a viabilizar sua supremacia no contexto das democracias de massas.

Em termos de cultura e política cultural, podemos interpretar esse movimento como uma *socialização da cultura*, quando as classes dominantes buscam produzir uma identidade nacional que solde a unidade político-cultural entre as classes sociais antagônicas que compõem a população do Estado-Nação, estabelecendo sua hegemonia¹⁰. Ou seja, acima dos conflitos inerentes à sociedade de classes, deve pairar um sentimento de unidade nacional, expressão dos elementos culturais comuns ao povo em geral, na forma de uma identidade nacional. Nesse intuito o Estado *stricto sensu* desempenha sua função educativa, quando unifica a língua nacional através do sistema escolar e conforma os modos de vida e a produção cultural das classes subalternas através dos aparelhos hegemônicos e coercitivos de Estado.

A revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito e, portanto, na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo (logo, eticidade do direito e do Estado). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes, ou seja, a ampliar “técnica” e ideologicamente sua esfera de classe: a concepção de casta fechada. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador” etc. (Gramsci, 2014, p. 275).

Mais uma vez, Gramsci reforça que a função educativa do Estado, sua política cultural, atua com objetivo de gerar o conformismo das classes subalternas, para que vigore plenamente a hegemonia política e cultural das classes dominantes. Isso se deve ao momento histórico de socialização da política, do qual deriva também, em nossa interpretação, uma socialização da cultura: a classe burguesa busca assimilar toda a sociedade a seu nível cultural.

¹⁰ “A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (Gruppi, 2000, p. 70).

Em certa passagem, Gramsci inclusive se refere ao seu tempo histórico como uma “época de socializações”, com consequências sobre a política cultural¹¹. À essa necessidade política das classes dominantes se tornarem também dirigentes, isto é, de alcançarem a hegemonia por meio do estabelecimento de uma cultura comum à toda população, do estabelecimento de uma identidade nacional, nós chamamos aqui de *socialização da cultura*.

Mas o que significa “cultura” neste caso? Significa, indubitavelmente, uma coerente, unitária e nacionalmente difundida “concepção da vida e do homem”, uma “religião laica”, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em “cultura”, isto é, que tenha gerado uma ética, um modo de viver, um comportamento cívico e individual (Gramsci, 2021, pp. 63-64).

Gramsci expressa um conceito de cultura próximo ao que contemporaneamente se entende como cultura enquanto modo de vida, sua dimensão antropológica. Assim, quando a burguesia se vê na necessidade de formar uma identidade nacional, buscando uma cultura comum do Estado-Nação, ela estabelece relações culturais com as classes subalternas. Por um lado, assimilar toda a sociedade ao seu nível cultural seria difundir nacionalmente sua ideologia, sua concepção do mundo, transformando o modo de vida das classes subalternas. Por outro lado, colocaria para as classes dominantes o imperativo de abrir espaço para a representação da cultura das classes subalternas na consolidação da identidade nacional, fazendo-se permeável à incorporação da cultura popular¹².

Evidentemente, essa socialização da cultura, com a formação de uma identidade nacional, é um processo de luta política, no qual a tendência é de difusão da ideologia das classes dominantes e conquista da hegemonia política e cultural. Para tanto concorrem a formação do senso comum e da opinião pública, através da atuação dos intelectuais na organização da cultura¹³ e na condução política dos diferentes meios materiais da sociedade civil, chamados por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia.

Tais aparelhos privados de hegemonia são os meios materiais específicos pelos quais as classes dominantes fazem difundir sua ideologia na sociedade civil, de modo que ela se enraíze nas classes subalternas, que passam a adotar a concepção do mundo dominante. Gramsci identifica diferentes níveis da ideologia: um nível mais elevado de uma filosofia coerente, elaborada pelos intelectuais vinculados às classes dominantes; e um nível mais baixo, quando a ideologia se difunde para formar o senso comum popular. Assim, para Gramsci, o “senso comum é a concepção do mundo difusa em uma época histórica na massa popular” (Gramsci *apud* Liguori, 2017, p. 135).

¹¹ “[...] nesta época de ‘socializações’ (em sentido amplo) e de intervenções de forças centrais visando a organizar as grandes massas contra os resíduos de individualismos e de estéticas do individualismo na política cultural” (Gramsci, 1978, p. 32).

¹² Raymond Williams (2011) chama esse movimento de processo de incorporação cultural, que garantiria a consolidação de uma cultura dominante efetiva, através de uma tradição seletiva. Isto é, uma seleção das tradições culturais que se incorporam à cultura dominante de forma a não perturbar seu domínio, mas, pelo contrário, fazendo-o se enraizar nas classes subalternas.

¹³ “A ‘organização da cultura’, em suma, é o sistema de instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo” (Coutinho, 2011, p. 17).

Além do senso comum, Gramsci também atribui um papel central aos intelectuais e aos aparelhos privados de hegemonia na formação da opinião pública. Diante das pautas políticas da conjuntura se forma uma opinião pública sobre o sentido e a interpretação dessas pautas, essa seria uma das dimensões da organização da cultura. Ou seja, caberia aos intelectuais, na condução dos aparelhos privados de hegemonia, exercer um papel de mediação entre sociedade civil e sociedade política, consolidando uma vontade política nacional que apoiasse as ações do Estado *stricto sensu*. A opinião pública teria um papel central na produção do consenso, arregimentando as classes subalternas para apoiar as ações políticas do Estado em função do interesse das classes dominantes.

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...]

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe uma luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (Gramsci, 2014, p. 269).

A luta pela hegemonia na sociedade civil depende, portanto, do controle e da efetividade dos aparelhos privados de hegemonia. Daí a centralidade da política cultural também na esfera da sociedade civil, uma política cultural conduzida por “instituições civis e pelos grupos comunitários organizados”, como afirma García Canclini (2019, p. 56), para além da política cultural do Estado *stricto sensu*.

Assim, temos as diferentes formas de fazer política cultural nas diferentes esferas sociais que compõem o Estado ampliado. E, claro, temos seus diferentes meios materiais, com destaque para as organizações civis diretamente políticas, como os partidos, sindicatos, organizações de classe. Mas também outras instituições que a princípio não parecem exercer uma função política direta, como as igrejas, as escolas privadas, os jornais, os equipamentos culturais privados e a produção cultural em geral. Gramsci formula a concepção de estrutura ideológica, para pensar os meios materiais de difusão da ideologia dominante e formação da opinião pública.

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais. [...]

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas (Gramsci, 2022, pp. 77-78).

Vemos aqui o destaque dado pelo autor à indústria editorial em geral e ao jornalismo em particular na produção do consenso, com a formação da opinião pública. Enquanto aparelhos privados de hegemonia, o setor editorial e a imprensa criam uma percepção comum sobre as pautas políticas em disputa, encaminhando a posição a ser adotada por seus leitores e suas leitoras. Na condição de meios de comunicação, poderíamos entender que esse setor produz a esfera pública de debates, o que o coloca em condições inclusive de influir nas próprias pautas em disputa. Isto é, não só apresentam uma visão baseada na concepção do mundo dominante sobre como encaminhar a solução das pautas, mas condicionam mesmo o que será considerado uma pauta política relevante em termos nacionais ou não. Segundo o autor, “possibilitam suscitar extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitem o alcance de objetivos determinados, como, por exemplo, nas eleições” (Gramsci, 2011, p. 283).

Ao tempo e lugar de Gramsci, na Itália dos anos 1920 e 1930, o desenvolvimento do que hoje chamamos de indústria cultural ainda dava seus passos iniciais. A indústria editorial era um dos principais meios materiais de difusão da produção cultural, artística simbólica e intelectual. Ainda assim, o autor consegue captar o sentido de mudança que só se consolidaria no pós segunda guerra mundial, quando o rádio e o cinema se tornaram o centro do que veio a ser conhecido como indústria cultural, fundada nos meios de comunicação de massa.

Podemos relacioná-lo, portanto, com outros autores seus contemporâneos que refletiram sobre a questão e se tornaram a interpretação canônica do fenômeno, como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin. Um ponto em comum entre esse grupo da Escola de Frankfurt e Gramsci diz respeito ao desenvolvimento técnico da produção cultural, formando os novos meios de comunicação de massa. Embora Gramsci formule a questão por outro caminho, podemos ver que ele também demonstra grande preocupação com o desenvolvimento técnico e instrumental da organização cultural.

A arte da imprensa, em seguida, revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional. Nesta investigação, portanto, está implícita uma outra, a das modificações qualitativas, além das quantitativas (extensão de massa), trazidas ao modo de pensar pelo desenvolvimento técnico e instrumental da organização cultural.

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural), mas na superfície, não em profundidade (Gramsci, 2001, p. 67).

Nessa passagem, Gramsci expressa inclusive um julgamento negativo sobre os novos meios de comunicação, sinalizando, de forma relativamente próxima à crítica da Escola de Frankfurt, a superficialidade dos novos produtos culturais, frente à suposta maior profundidade dos meios impressos. À parte isso, o que interessa destacar aqui são as novas possibilidades postas, pela passagem da comunicação escrita para a comunicação falada, para a difusão da ideologia dominante e formação do senso co-

90

num e da opinião pública. Segundo Gramsci, o maior alcance dos novos meios de comunicação falada potencializaria e daria maior capilaridade à hegemonia política e cultural das classes dominantes. “Para estabelecer uma política cultural, estas observações são indispensáveis; para uma política de cultura das massas populares, são fundamentais” (Gramsci, 2021, p. 72).

Os novos meios técnicos da produção cultural – o que hoje interpretamos como o momento de consolidação da indústria cultural – colocaram novas questões para a luta de classes, sendo necessária a atuação incisiva dos intelectuais orgânicos das classes subalternas também nesse campo, disputando a formação do senso comum e da opinião pública. Mais do que isso, as formulações de Gramsci apontam no sentido de reivindicar a cultura como elemento central da luta de classes, colocando como uma tarefa primordial das organizações políticas das classes subalternas a construção de seus aparelhos privados de hegemonia, visando a disputa contra-hegemônica. Ou seja, Gramsci enxerga a necessidade de uma política cultural específica das classes subalternas, como um meio de alcançar a hegemonia na sociedade civil, passo fundamental para a conquista do poder.

Assim sendo, compete aos intelectuais orgânicos e aos intelectuais coletivos das classes subalternas lutar por uma nova cultura, formando uma vontade coletiva nacional-popular que busque a transformação da realidade e a superação do capitalismo. Isso se apresenta também no plano da produção cultural, com a criação de novos artistas que venham a expressar a nova sensibilidade e a nova linha política originada no seio das classes subalternas.

Parece evidente que, para ser exato, deve-se falar de luta por uma “nova cultura” e não por uma “nova arte” (em sentido imediato). [...] Deve-se falar da luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova intuição de vida, até que esta se torne um novo modo de sentir e ver a realidade e, conseqüentemente, mundo intimamente relacionado com os “artistas possíveis” e com as “obras de arte possíveis”. [...] pode-se afirmar que do movimento nascerão novos artistas (Gramsci, 2021, p. 70).

O movimento político das classes subalternas, da mesma forma que produz seus intelectuais orgânicos, produz também artistas organicamente vinculados à sua concepção do mundo, à sua ideologia, contribuindo para a construção de uma nova hegemonia político-cultural. Na verdade, podemos perceber que os próprios artistas, ao surgirem de dentro do movimento, são também intelectuais orgânicos das classes subalternas, legítimos organizadores da cultura. Aqui Gramsci toca na distinção entre as duas dimensões da cultura: do modo de vida, dimensão antropológica da cultura, surge sua produção cultural, dimensão sociológica da cultura. Somente uma mudança no modo de vida pode originar a nova produção cultural, da nova cultura surgirá a nova arte, “do movimento nascerão os novos artistas”.

Temos, portanto, um campo aberto à luta cultural na sociedade civil, onde se faz necessária uma política cultural contra-hegemônica das classes subalternas. A partir de Gramsci, podemos formular uma diretriz política, na qual a crítica cultural às classes dominantes visa primeiro desfazer o consenso e gerar uma crise de hegemonia, desestabilizando a supremacia e levando ao apelo às forças da repressão direta, explicitando a coerção das classes dominantes. Ao mesmo tempo, a política cultural das classes subalternas deve produzir e difundir sua ideologia, no intuito de afirmação de

uma nova hegemonia político-cultural, onde o papel dos aparelhos privados de hegemonia e dos intelectuais orgânicos, enquanto organizadores da cultura, se faz primordial.

Conclusão

Ao longo do artigo pudemos acompanhar como Antonio Gramsci qualifica a política cultural, num sentido de dimensão política da cultura. Se já são relativamente conhecidas e metodologicamente diferenciadas as dimensões antropológica e sociológica – modo de vida e produção cultural – cabe reconhecer também a dimensão política da cultura. Desta forma, podemos dizer que Gramsci nos traz novas determinações sobre o campo da cultura, tornando o fenômeno mais complexo e abrindo novos temas de pesquisa, sem, no entanto, desvincular a cultura de suas outras dimensões, na qual podemos incluir também a dimensão econômica, territorial, étnico-racial etc., ou seja, a cultura interpretada como uma totalidade complexa de múltiplas determinações.

Partindo da distinção entre Estado restrito e Estado ampliado, percebemos como Gramsci traz contribuições inestimáveis para o entendimento da política cultural, tanto no âmbito do Estado *stricto sensu* quanto na sociedade civil. Um dos destaques fica por conta da identificação de funções e materialidades sociais específicas em cada uma das esferas, cabendo ao Estado *stricto sensu* assumir a função educativa e fazer política cultural através de seus materiais de coerção e dos sistemas públicos de educação e cultura. Enquanto na esfera da sociedade civil vigora a formação do senso comum e da opinião pública através dos meios materiais denominados por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia, um campo aberto à luta de classes.

Busquei construir no artigo a interpretação de que há um processo de *socialização da cultura* com o desenvolvimento da luta de classes no capitalismo. Algo distinto da socialização na cultura, característico de qualquer grupo humano vivendo em sociedade. Podemos, inclusive, generalizar e argumentar que toda sociedade promove a socialização de seus integrantes no seu modo de vida, na sua cultura. No entanto, o que se torna característico do desenvolvimento do capitalismo no século XX é a necessidade de socialização da cultura hegemônica, tornada cultura comum a toda a sociedade nacional, se sobrepondo às disputas de classe e gerando uma identidade nacional que corrobora a dominação de classe e forma uma sólida hegemonia.

Nesse terreno viceja a luta de classes, cabendo às classes subalternas elaborarem uma política cultural própria, de caráter contra-hegemônico. Tarefa importante compete aos intelectuais orgânicos e aos intelectuais coletivos das classes subalternas, ao elaborarem uma nova concepção do mundo, uma ideologia que se contraponha à ideologia das classes dominantes e dispute a hegemonia na sociedade civil. Para Gramsci, a política cultural das classes subalternas deve buscar a construção de uma nova cultura, de onde sairá a nova arte, trazendo em si a semente do novo mundo e anunciando a superação do capitalismo e da sociedade de classes.

Referências

- BORJA, Bruno. “O capital e a cultura: elementos de economia política da cultura em Marx”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Niterói, n. 56, mai.-ago., 2020, pp. 83-109
- BOTELHO, Isaura. “Dimensões da cultura e políticas públicas”, *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, abr., 2001.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Os intelectuais e a organização da cultura”. In: COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. “Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano”. In: GARCÍA CANCLINI, N. *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Organização e tradução de Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela. Salvador: EDUFBA, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Tradução e seleção de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 4. Temas da cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 6. Literatura. Folclore. Gramática. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.
- HALL, Stuart. “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade”. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

- LIGUORI, Guido. “Concepção do mundo”. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. Tradução de Leandro de Oliveira Galastri et al. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARTINS, Angela; NEVES, Lúcia. *Cultura e transformação social: Gramsci, Thompson e Williams*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2021.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo Editorial, (1843) 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, (1848) 2007.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasilense, 2006.
- RUBIM, Antonio Albino. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In: RUBIM, Antonio Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”. In: WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Recebido em 31 de maio de 2023

Aprovado em 30 de novembro de 2023